

Abramço por maioria de 6 votos a favor e 4 Contra
A Vualocha¹ eugb
Ponto 1



Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Acta nº 21

24ª Sessão Ordinária de 2020

(Descentralizada - Assafora)

Aos 18 dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte pelas vinte horas, no edifício da Sociedade Filarmónica União Assaforense, realizou-se a 4ª Sessão Ordinária de 2020 da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, com a seguinte -----

ORDEM DE TRABALHOS:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto 1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

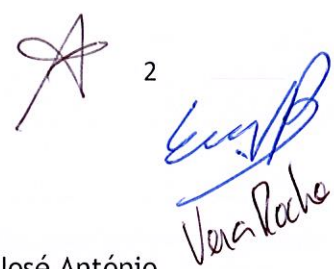
Ponto 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ponto 3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1- Apreciação e votação das actas nºs 19 e 20
- 2- Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 4º Trimestre de 2020;
- 3- Apreciar e Votar a Proposta do Executivo nº 145/2020 sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021;
- 4- Apreciar e votar a proposta do Executivo nº 146, relativa ao Mapa de Pessoal.
- 5- Apreciar e votar a proposta do Executivo nº 147 sobre o Regulamento de Taxas e Tabela de Taxas.

Presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: -----

1. Carlos Manuel dos Santos Duarte
2. Emídio Parcelas Pardal
3. Bernardo Barros Martins da Silva, no lugar de Vera Sofia Rodrigues da Rocha
4. Fernando da Silva Pires
5. José Fernando Morais
6. José Manuel Patrão dos Santos

2


7. Luís Fernando Alegre dos Santos
8. Nuno Alfredo da Silva Cardoso
9. Ana Maria Domingos Carioca
10. Henrique Manuel Oliveira Martins, no lugar de José António Alves do Paço
11. João Pedro Gaspar Ferreira
12. Ludovico Calado Martins

Pela parte do executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes o Presidente, Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão, o Secretário, Domingos Bicho Chiolas e a Tesoureira, Lígia Joana Carreira Duarte e os Vogais José Alberto dos Santos Carvalho e Ana Cláudia Branco Rolo. -----

ABERTURA

Sr. Presidente da Mesa - “Boa noite. Começo por cumprimentar o Sr. Presidente e restantes elementos do Executivo, Membros da Assembleia de Freguesia, membros do público presente, serviços administrativos. Antes de iniciar, pedia que tivéssemos em consideração o actual momento que atravessamos e que tentássemos ser o mais rigorosos possível na observância dos tempos de intervenção. Considerando que esta é uma assembleia descentralizada, o próprio regimento prevê que o tempo de intervenção do público possa ir até uma hora. Eu não tenho um conjunto de inscrições que permita colocar em causa a durabilidade das respectivas intervenções, nomeadamente no que diz respeito a 5 m em vez dos 3 que normalmente se utilizam e, portanto, creio que temos reunidas todas as condições para termos intervenções, de alguma forma, consistentes. -----

Gostaria de começar por agradecer, também, à direcção desta associação que, mais uma vez, nos recebe, na pessoa do seu Presidente e restantes elementos da Direcção. O nosso muito obrigado. Queria também agradecer aos serviços administrativos, todo o trabalho de logística que têm sempre que realizamos reuniões descentralizadas. Nunca é demais realçar a importância dos serviços para que nunca nos falte qualquer elemento para as nossas reuniões. Por outro lado, agradecer também ao público presente, pois não é muito normal termos tanta gente a assistir às assembleias de freguesia. Muito obrigado, em nome da mesa e dos membros da Assembleia. Relativamente à questão de pedidos de substituição que nos chegaram, gostaria de solicitar à Assembleia que em substituição da secretária, Vera Rocha, o Senhor Bernardo, possa ocupar o seu lugar, que, espero que a Assembleia não veja inconveniente nesta substituição.

Houve também pedidos de substituição da bancada do PS: O Sr. Henrique Martins que vem substituir o seu colega José António Paço. Falta o Vogal Humberto Duarte, que não apresentou substituto.

Após os agradecimentos poderemos dar início esta Assembleia nomeadamente com o Período de intervenção aberto ao público.”

Ponto 1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Sr. Presidente da Mesa “Os serviços administrativos receberam alguns pedidos de intervenção, nomeadamente, do Sr. João Chaves, do Sr, Ilídio Monteiro, do

Sr. Paulo Marques (que apenas pretende assistir) e não tenho mais inscrições. Dou a palavra ao Sr. João Chaves”.

Sr. João Chaves - “Boa noite a todos, agradeço o facto de me permitirem falar e gostava de voltar a chamar a atenção para a necessidade de aumentar o tempo de cada intervenção. Ainda agora, reparei que há pessoas que nem sequer sabem que podem intervir. Algo está mal. Deveria ser fortemente noticiado que os cidadãos podem assistir e intervir nas Assembleias de Freguesia. Na última reunião, fiz vários pedidos, nomeadamente sobre o tempo de participação dos cidadãos. O que é facto é que se passaram várias semanas sem que tivesse havido qualquer alteração nesse aspecto. Por isso volto a pedir que seja feito um aviso devidamente atempado da reunião e do local, que seja desnecessário enviar qualquer email, que seja alargada a participação dos cidadãos para que, de facto, eles comecem mesmo a participar -havia todo o interesse nisso- e o aumento para 5 minutos de cada participação. Disseram que nas descentralizadas, permitiam 5 minutos, então, propunha que considerassem todas descentralizadas para que mais pessoas pudessem intervir, pois aqui é o local certo. A não ser que façam como em Espanha em que não há juntas de freguesia e tudo é tratado a nível de Câmara. Eu não defendo isso. Defendo é que uma Junta de Freguesia é o lugar onde os cidadãos têm possibilidade, de facto, de participar. Depois, a Junta de Freguesia dá direito a contraditório se não, passa a ser um monólogo em que a pessoa faz figura de palerma, em que diz umas coisas e não tem resposta ou não tem possibilidade de contraditório. Uma outra coisa que gostava de ver era saber onde é que posso, por exemplo, analisar o Orçamento da Junta de Freguesia, quem o apoia ou quem não o apoia, pois como cidadão acho que tenho esse direito. Posto isto, na altura falei no Caminho da Azenha da Lage e na possibilidade de ali colocar alcatrão não só ali como em diversos outros caminhos. No Caminho da Azenha da Lage, onde vivo, já não peço alcatrão, mas sim tout-venant. Eu próprio já lá pus 2 carradas e trabalhei com a máquina para espalhar o material, mas agora nem as cabras lá querem passar. Ora, se eu pago impostos, como todos os outros, não sei porquê esta discriminação. Agora, para ajudar à festa nem sequer luz há. Já falei com a EDP, mas eu penso que a própria Junta de Freguesia (não quero dizer que estes assuntos sejam da sua responsabilidade) deve accionar os mecanismos que conhece e sabe, a bem de todos os fregueses. Por outro lado, a Estrada da Lage, que já não é o meu caminho, mas sim por onde passa muito trânsito, está como se sabe, com gretas enormes no asfalto, onde cabem pneus de bicicleta ou de motorizada, tem zonas que com a passagem de camiões ficaram completamente deterioradas, pelo que eu pergunto, se isto não é uma estrada para compor, então qual é que será? Por isso solicito ao Senhor Presidente que fale com quem de direito, pois já vai sendo tempo de compor a Estrada da Lage. Outra coisa a que me referi na altura e que agora volto a falar: -o Senhor Presidente disse que estava muito contente com o trabalho do Sr. Presidente da Câmara, mas eu permito-me discordar. É a questão do lixo, que continua a ser um pesadelo em todo o Concelho, mas claro que me preocupo mais com a região onde vivo. Basta ver o exemplo que acontece junto à carpintaria, no entroncamento da estrada do Moinho com a Estrada de S. João - Assafora, onde há permanentemente montes de lixo ali acumulado. Basta ver os vídeos do Guilherme Leite, que tem mostrado este e outros locais em que se passa esta pouca vergonha. Nem tudo é

4
Euzébio
Vera Rocha

mau, pois quero congratular-me com o facto de a Junta de Freguesia não ter efectuado iluminações de Natal, pois na situação em que estamos, por muito que eu goste, não faz sentido gastar-se dinheiro em iluminações de Natal, quando há tantas outras formas de gastar dinheiro. Há uma coisa muito simples em S. João, junto ao coreto. Concordo, pois é o suficiente para assinalar a quadra. Por último, quero dizer que tive um contacto com o Centro Social e Paroquial de S. João das Lampas, quando há uns tempos tive desempregado e esse contacto foi péssimo. Ainda recentemente, por causa de uma pessoa com 94 anos, tive de recorrer ao Centro e o serviço é perfeitamente fantástico e acredito que a Junta dê um apoio significativo a esta instituição, que é fortíssima. O que é facto é que eu gostaria de deixar notória a qualidade dos serviços que tem. Estou à vontade porque já fui fortemente crítico do Centro, mas quando devo dizer bem também o faço. Muito obrigado a todos.”-----

Sr. Presidente da Mesa - “Muito obrigado pela sua intervenção. Pergunto se alguém do público pretende intervir ? Senhor Ilídio Monteiro.”-----

Sr. Ilídio Monteiro- Saudou a mesa e todos os presentes, agradecendo a oportunidade que lhe foi concedida para intervir nesta Assembleia, mas apenas tinha pedido para assistir, tendo em conta que, em tempo de pandemia, havia um número limitado de pessoas presentes. Mas fica satisfeito pelo facto de poder usar da palavra como elemento do público, sendo ou não residente na Freguesia. Quando há um período para intervenção do público não especifica que tem de ser residente na Freguesia, entendimento que não existiu há algum tempo atrás e que levou a um desentendimento que já está ultrapassado. -----

Sr. Presidente da Mesa - “Muito obrigado pela sua intervenção. Não havendo mais intervenções, passamos de imediato ao Ponto 2 -Período de Antes da Ordem do Dia”-----

Ponto 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Deram entrada na mesa uma Moção sobre o “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade” apresentada pela CDU e um “Voto de Saudação pelos 45 anos do 25 de Novembro de 1975 “ entregue pelo CDS/PP. Colocada à votação a admissibilidade de ambos os documentos, foi a mesma aprovado por unanimidade, pelo que se passou à respectiva leitura. Dada a palavra aos subscritores.-----

Vogal Ludovico Martins - “Boa noite a todos. Começo por sublinhar a presença do público, esperando que, de futuro, assim possa continuar. Se para isso for preciso que as assembleias passem a ser todas descentralizadas, seria perfeito, pois todas as propostas de descentralização merecem o sim da CDU. Queria ainda dar os parabéns a todos os eleitos pelo trabalho que foi feito durante este ano pelos eleitos num ano difícil, felicitando o Executivo pelo seu desempenho. “

Leu, de seguida a Moção da CDU sobre “Suplemento por trabalho em condições de Penosidade e insalubridade” (**Anexo I**). -----

O **Sr. Presidente da Mesa** colocou o assunto à discussão. -----

Vogal José Manuel Patrão Santos, que começou por saudar a Sociedade Filarmónica União Assaforense por mais um aniversário recentemente celebrado

e pelo seu fantástico trabalho em prol da cultura da Freguesia. Quanto à moção que acabou de ouvir, gostava de deixar o apelo para que este tipo de documentos fosse distribuído atempadamente para que os membros da Assembleia tivessem a possibilidade de as analisar. -----

Vogal Ana Carioca - “Antes de mais, boa noite a esta casa onde eu já fui e sou tão feliz e muito grata por ver aqui, no público, os meus vizinhos do “Pátio” (cenário do Pátio das Cantigas, instalado no palco), agora noutra situação. Feito este à parte, Boa noite a todos, mais uma vez (à Mesa, ao Executivo, aos membros da Assembleia e ao público). Relativamente a esta moção, a bancada do Partido Socialista também considera que, dado o seu teor, e sendo uma moção em abstracto, ela deveria ter chegado atempadamente. Quanto ao seu teor propriamente dito e sendo certo de que ela resultará do Orçamento de Estado, já a aplicação destas medidas, também não tem esta Assembleia de Freguesia sequer poderes para instar quem quer que seja na aplicação da Lei pois isso já decorre da própria Lei. Por isso, o nosso sentido de voto será o da abstenção, pois se se trata de um imperativo legal, um normativo legal, pois obviamente, todas as entidades nomeadamente a Junta de Freguesia e o seu executivo terá de proceder à sua aplicação. Portanto, queríamos dar já o sentido de voto na abstenção, com os fundamentos que referi.” -----

Sr. Presidente da Mesa - “Muito obrigado. Pergunto, se mais alguém pretende intervir? Não havendo mais intervenções, coloco à votação a Moção da CDU sobre o “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”.”

Votação a Moção da CDU sobre o “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”: Rejeitada com 2 votos a favor (Ludovico e Fernando Pires); 3 votos contra (José Manuel, José Morais e Presidente) e 7 abstenções. Foi usado o voto de qualidade por parte do Presidente, por entender que ela era demasiado generalista e tendo também em consideração as razões anteriormente apontadas pelos Vogais Ana Carioca e José Manuel Patrão. -----

Sr. Presidente da Mesa - “Dou agora a palavra ao Sr. Fernando Pires, para apresentar a sua moção.” -----

Vogal Fernando Pires- Fez a leitura do “Voto de Saudação pelos 45 anos do 25 de Novembro de 1975 “(ANEXO II). -----

Sr Presidente da Mesa - “Muito obrigado. Está aberta a discussão. Se ninguém mais pretende intervir coloco à votação o documento.” -----

Votação do “Voto de Saudação pelos 45 anos do 25 de Novembro de 1975 “Resultado: Aprovado por maioria com 11 votos a favor e 1 contra (Ludovico).

Intervenção do Sr. António Freire -Presidente da Sociedade Filarmónica União Assaforense - “Boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente e Executivo da Junta e elementos que compõem a Assembleia de Freguesia e boa noite a todos os presentes. É com muito gosto que recebemos a Assembleia de Freguesia neste local. Desde que estou como Presidente desta colectividade, é a primeira vez que isso acontece, o que muito me orgulha, ainda para mais aqui no “Pátio do Evaristo”. Venho também lembrar que neste momento difícil que toda a humanidade atravessa e as dificuldades que vivemos, nunca é demais fazer lembrar que esta casa e outras como esta, estão a atravessar um período muito

A

Exec B
Vera Rocha

difícil. Mas no nosso caso, mais vocacionado para a vertente cultural, tem sido feito um enorme esforço para continuarmos a trabalhar para que todo o trabalho que foi feito antes de nós, não se perca. Se com um bocadinho de esforço fizermos com que isto não morra tudo, será bom. Por isso agradeço desde já todas as ajudas que nos têm sido dadas quer pela Junta quer pela Câmara. Era só isto que queria dizer e agradecer, em nome desta Colectividade, a vossa presença neste espaço. Muito obrigado e peço desculpa por ter interrompido a sequência dos vossos trabalhos.” -----

Sr. Presidente da Mesa - “Muito obrigado pelas suas palavras, Sr. Presidente, e, mais uma vez, lhe agradeço o ter colocado esta casa à disposição dos eleitos e do público que, felizmente, hoje, está presente. -----

Vogal Henrique Martins - “Boa noite Caríssimos Presidentes da Assembleia e do Executivo, membros da Assembleia, funcionários e público presente e começo por desejar a todos, e dentro da medida do possível, que tenham festas felizes. É com particular satisfação que estou nesta Assembleia, aqui na Assafora, pois há estórias associadas a esta terra que me dizem muito e que começaram há mais de 40 anos. Nesta intervenção gostaria de fazer algumas observações e fazer algumas perguntas para as quais gostaria de obter respostas. O mesmo fiz na Assembleia anterior, em Alvarinhos, e espero ter, agora, as respostas às questões colocadas. 1ª - Começo por referir que a desejada lei para a Freguesia de S. João das Lampas e para a Freguesia de Terrugem possam adquirir novamente a sua autonomia administrativa ainda não está na Assembleia da República para discussão e aprovação, o que nos deixa, obviamente, preocupados. 2º - Sendo esta mais uma Assembleia descentralizada, o que considero uma marca muito positiva neste ciclo autárquico, deveria aproveitar-se para desafiar os dirigentes desta colectividade para aqui darem o testemunho do que é a sua instituição, as suas actividades, as suas preocupações. Semelhante sugestão já tinha feito nas Lameiras. Ainda bem que o Sr. Presidente da Sociedade Filarmónica União Assaforense esteve aqui presente, mas penso eu que seria também de aproveitar para apresentar mais detalhadamente as suas preocupações (e ainda recentemente, comemorou mais um aniversário). 3 - Gostava também de salientar que tomei parte na divulgação da realização desta Assembleia, pois coloquei informação no *face book*, no grupo Naturais de S. João das Lampas, desafiando as pessoas a aparecerem. Não sei se isso contribuiu, mas, ainda bem que está muita gente presente. Em relação às questões colocadas pelo Sr. João Chaves gostaria de salientar que há estas assembleias de 3 em 3 meses, e algumas delas têm sido descentralizadas, mas o Executivo reúne duas vezes por mês e uma das reuniões é aberta ao público. Portanto, se quiser apresentar as suas preocupações ao Executivo terá acesso às suas reuniões e, com certeza que tomarão nota dos problemas levantados, pois há determinadas preocupações que podem ser resolvidas mais rapidamente. Em relação aos resíduos sólidos urbanos é uma preocupação que temos também apresentado. Não percebi foi a referência ao Guilherme Leite como sendo alguém que fizesse a divulgação daquilo que se faz de mal. Faz, mas com uma obsessão tão exaustiva que acaba por não se perceber bem aquilo que é preciso fazer. Se está mal, devemos reportar e eu muitas vezes também o faço, pois queremos o melhor. E é verdade que há uma melhoria, tanto que o Sr. Presidente já fez elogios ao trabalho dos SMAS e da Câmara. Ainda há muito caminho a fazer. Mas ainda recentemente, na

7
Vera Rocha

Assembleia, ouvi o Sr. Presidente informar que a partir de Janeiro vamos ter duas equipas no terreno. Quando fazemos alguma crítica é no sentido de alguém ouvir e tentar melhorar. Passando ao ponto seguinte, o 4º - e já que estamos na Assafora, lembro que há 5 anos, feita uma proposta aprovada por unanimidade para se homenagear os eleitos locais, no âmbito dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas. No Memorial existente no Cemitério de S. João das Lampas consegue-se perceber que Assafora é a terra da Freguesia de onde saíram mais autarcas que, infelizmente já não estão entre nós. São 50%. Aproveito também para perguntar como é que está a andar a proposta de colocação de um busto ao Manuel Carioca, nesta localidade, proposta apresentada na Assembleia anterior. Falando nessa Assembleia de há 5 anos, foi aí que foi apresentada outra proposta, também aprovada por unanimidade, para que esta União de Freguesias passasse a ser um território sem glifosato, sem herbicidas. Há leis e há convicções. A minha convicção é que se houvesse convicção nesta União de Freguesias, já se estariam a aplicar métodos alternativos. 5º - Falando de colectividades da Freguesia, gostaria de informar que em Odrinhas, a Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil fez, este mês, a vistoria às instalações do Clube e aprovou o contemplado no que está no sistema contra incêndios em edifícios. Os dirigentes do Clube vão agora entregar na Câmara a documentação para se obter a desejada licença de utilização. As preocupações seguintes já foram atempadamente apresentadas quer à Junta quer à Câmara. Espera-se obter a necessária colaboração. Ainda em Odrinhas, no clube da terra há vontade em concretizar a proposta para a implementação do Roteiro da Água. Da minha parte, estou disponível para contribuir para que este projecto se concretize. Alerto, mais uma vez que, sobre o património da água, na página da internet da Junta há alguma falta de informação. Há informações desactualizadas e outras estão incorrectas. Para finalizar, e sobre Fontanelas e Gouveia, gostaria de perguntar, em 1º lugar, se está em vias de resolução aquilo que considero ser um atentado ao património, pois a placa toponímica de Fontanelas (para quem vem de Gouveia) está tapada pelos contentores de resíduos sólidos urbanos; em 2º lugar, elogiar o trabalho feito no monumento a Vergílio Ferreira. Se foi a Junta, está de parabéns; se foi a Câmara também está de parabéns. Por agora, é só. Obrigado pela vossa atenção.” -----

Dada apalavra ao Sr. Presidente da Junta: -----

Sr. Presidente da Junta: - “O que tenho para responder ao Sr. Henrique, em relação ao busto, já foi referenciado que a Junta está perfeitamente de acordo em que se faça a homenagem que se entender ao sr. Manuel Carioca e por isso, na última reunião foi dito que estamos a aguardar que nos seja enviado o projecto e a localização e (junto á residência do Sr. Manuel Carioca). Em relação ao glifosato, vai para 2 anos que a Junta não o utiliza. Contudo, aguardamos que a Câmara nos dê indicações sobre aquilo que vai fazer no futuro. Não existem ainda soluções alternativas, pois não há produto nenhum que tenha o mesmo efeito. O que existe tem um preço tão elevado que se torna incomportável e vale mais uma solução mecânica que a Junta não está em condições de a fazer sozinha. A Junta tem uma competência delegada. A desmatação das bermas e valetas é uma delegação de competência da Câmara. A partir de 1 de Janeiro foi reforçada a verba para fazermos mais e para isso, estamos a pensar fazer um concurso público. Temos estado, muito a custo, a fazer duas intervenções por ano na

Freguesia. Com recurso a herbicidas, duas intervenções eram suficientes. A partir do momento em que acabámos com os herbicidas, essas duas intervenções têm sido manifestamente insuficientes. Temos tido a ajuda da Câmara, nomeadamente para os passeios e calçadas. Conseguimos minimizar, mas é pouco. Para que haja mais intervenções precisamos mesmo de mais verba. Em relação aos lixos, a nossa Junta já há mais de 3 meses que anda com duas equipas no terreno pois temos uma segunda viatura semelhante à que adquirimos e encontra-se também afecta a esse serviço. Mas lá para Fevereiro ou Março teremos uma nova carrinha, conforme compromisso assumido no protocolo. Em relação ao Roteiro da Água, nós recebemos a carta da Sociedade de Odrinhas e o assunto está a ser estudado pelo nosso vogal José Alberto Carvalho. Ainda sobre o Futebol Clube os Odrinhenses, nós ficamos satisfeitos pelo facto de se estar a tentar resolver a sua situação, mas não podemos fazer parque de estacionamento, nem mais nada, pois isso está na Câmara e hão-de aguardar que seja a Câmara a fazer o que se pretende.” -----

Vogal Luís Santos - “Boa noite à Mesa, Executivo, funcionários e público. Muito grato por ter tanta gente a assistir. Queria também sublinhar que esta Assembleia descentralizada aqui na Assafora, foi proposta pela bancada do Partido Socialista e agradeço, desde já, o facto de isso ter sido aceite pelo Sr. Presidente da Mesa. Venho também fazer uma intervenção a pedido de um cidadão que não teve possibilidade de estar presente referente à EN 247, para que o Executivo tome as devidas diligências para melhoramento da sinalização horizontal, nomeadamente o traço contínuo entre a Rotunda do Lidl e a Rotunda da Galp, na Terrugem e a temporização semaforica na Terrugem, bem como dar nota - e aqui já será com a Câmara - do trânsito e da necessidade de sinalização urgente das alternativas como a Rua dos Currais de Ourém. Relativamente à proposta do busto ao Sr. Manuel Carioca, quero dizer ao Sr. Presidente da Junta que tudo aquilo que diz que está à espera, consta da proposta que apresentámos e que foi aprovada na Assembleia descentralizada dos Alvarinhos. Se consultar a proposta vai ver que está lá tudo o que pediu, só estamos à espera que a Junta execute. A proposta foi apresentada e aprovada por unanimidade, faltando apenas a sua execução. É só.” -----

Sr. Presidente da Junta - “Em relação à EN 247, como sabe, isso é da competência das Infra-estruturas de Portugal. Já foram feitas variadíssimas diligências e a resposta é que está a cumprir com a Lei, pois existindo duas rotundas com menos de 500 metros de distância uma da outra não pode haver outra sinalização a não ser o risco contínuo. Há meses que a Junta chamou a atenção para essa reclamação, mas a resposta que nos foi dada foi esta. Na última reunião, solicitei ao Senhor Luís Santos que nos fossem apresentados os custos e um projecto com as medidas, do que é que se quer fazer efectivamente, pois a Junta não irá assumir a totalidade desta obra. Aquilo que eu disse foi que a comunidade local, as colectividades, todas aquelas pessoas que querem homenagear o Sr. Manuel Carioca, que se juntem e que apresentem uma proposta com os custos, para que a Junta possa apoiar, a exemplo do que foi feito com o Sr. José Valentim Lourenço, em Gouveia. A população e a colectividade quiseram homenageá-lo, fizeram a proposta acompanhada de um projecto de arquitectura e a Junta participou nas despesas, creio que com 50% dos custos da obra. Já na situação do Vergílio Ferreira, também em Fontanelas. A Junta apoiou, mas foi

★ 9 *Luís Santos*
Vera Carioca

a Câmara a assumir a totalidade dos custos. Portanto, sempre disse que a Junta apoiava e, inclusive, solicitava à Câmara a autorização para que fosse colocado um busto junto à sua residência e que comparticiparia nos custos, agora, alguém deve trabalhar nisso, que são as pessoas que propõem. Se é a bancada do Partido Socialista que propõe, deverá ser a bancada do Partido Socialista a dar-nos as condições para que nós, em reunião de Executivo possamos deliberar sobre a forma de apoio à iniciativa. A Junta está na disposição de participar, agora, é preciso ver com o que é que a sociedade civil, os amigos, o Partido Socialista, poderão contribuir. Vamos seguir a mesma linha de actuação que no caso do José Valentim. Se o Sr. Luís Santos, quiser vir ter comigo à Junta (ou eu poderei ir ter consigo a qualquer lado) nós sentamo-nos e conversamos sobre os pormenores relativos à obra. A Junta estará de corpo e alma aberta a que isso se faça o mais rapidamente possível. E deixo, aqui, nesta Assembleia, o registo de que a Junta está de acordo que a obra se faça o mais rapidamente possível e que, inclusive, se marque uma data para se efectivar essa situação. Mas não pode é vir tudo para cima da Junta. Muito obrigado.”

Vogal Luís Santos - “Oh Senhor Presidente eu já percebi que desconhece, de todo, a proposta que foi apresentada e o que é que foi aprovado. É para execução. Dispostos a ajudar? Nós até estamos, mas já vem do mandato anterior a aprovação da execução da homenagem, nomeadamente o possível busto. Ficou nesta proposta, vinculado o que era e o que parece e que o Sr. Presidente o que não quer é fazer a homenagem e depois, arranja subterfúgios. Será porque o Sr. Manuel Carioca era autarca (membro do Executivo e membro da Mesa) do PS? Será que é por isso? Começo a ficar um pouco chocado.”

Sr. Presidente da Junta - “Sempre dissemos que apoiaremos a homenagem que quiserem fazer ao Sr. Manuel Carioca. Não tenha dúvidas a esse respeito. Agora não venha é com esse discurso obscuro de que não queremos fazer. Trata-se de uma proposta vossa. Tragam-nos o projecto, tragam-nos os custos e conversamos sobre o assunto. Se for necessário, crie-se uma Comissão e contacte-se as colectividades com quem ele trabalhou, com o Centro Social S. João das Lampas, com a população... agora, é preciso arranjar dinheiro porque a Junta não irá pagar a obra na sua totalidade, seguindo a mesma linha dos executivos anteriores, no que respeita a homenagear as pessoas que o merecem.”

Vogal Ana Carioca - “É o seguinte: eu reflecti antes de intervir, mas eu creio que a memória do meu pai - e eu não estava na Assembleia onde foi aprovada a moção apresentada pela bancada do Partido Socialista - tenho a dupla qualidade de ser filha e de ser membro da bancada desta Assembleia - mas a mim o que me ensinaram e me orgulha de ser filha do Manuel Carioca, é que não renego as minhas origens, nem os meus princípios, nem os meus valores, mas a memória do meu pai, creio que merece mais respeito e, portanto, quem quiser fazer faça, quem não quiser fazer não faça, mas a obra dele não se apagará. E hoje, todos aqui na Freguesia e até mesmo no Concelho, aproveitam do sacrifício e da vida dele. Eu bem sei que se ele não tivesse sido autarca do Partido Socialista, por acaso, muita coisa, se calhar, teria sido diferente. Mas ele foi um homem de princípios e de valores. E isso eu lhe agradeço. Há muita gente que, enfim, nem merece o chão que pisa comparado com o meu pai, mas, portanto, respeitem-

no, pelo menos. Se querem fazer façam, se não querem fazer não façam, mas não empurrem.” -----

Vogal Fernando Pires - “Eu queria chamar a atenção para o seguinte: nós aprovámos a acta em minuta na boa fé que tudo o que é dito na Assembleia é para ficar escrito na acta, certo? Isso não tem acontecido ultimamente. Nem na 19ª Sessão nem na 20ª. Só para chamar a atenção...” -----

Sr Presidente da Mesa - “Peço desculpa por interrompê-lo, Sr. Fernando, mas terá oportunidade de abordar esse assunto quando entrarmos no Período da Ordem do Dia, pois ainda estamos no Período de Antes da Ordem do Dia. De qualquer maneira, muito obrigado. Mais alguma intervenção neste período? Sr. José Manuel...” -----

Vogal José Manuel Patrão - Em relação ainda à homenagem ao Sr. Manuel Carioca. A proposta podia ter sido apresentada pelo Partido Socialista ou por outro partido qualquer. O que está em causa é homenagear alguém e, no que diz respeito à Assembleia todos acharam bem e aprovaram. Mas aquilo que me parece é que a comunidade deveria envolver-se mais, tal como disse o Sr. Presidente. O que está em causa é homenagear um homem que desde muito cedo se dedicou à sua terra (porque também era uma pessoa com cultura) e não foi só à sua terra e à sua Freguesia. Portanto, acho que isto tem de ser despachado. A homenagem tem de ser feita e rápida, para não se voltar a falar no caso. A Junta, tudo o que der é pouco, em relação àquilo que ele deu. Porque a Junta somos nós, que representamos quem nos elegeram. Se não houver quem dê, a Junta faz e acabou. Já há muito tempo que se anda a falar nisto. Era só. Obrigado.” -----

Vogal Fernando Pires - “Uma sugestão. Acontece que em algumas freguesias é costume a Junta pagar o almoço às pessoas que estão nas mesas de voto. Eu sei, que tenho pessoas amigas que estiveram em mesas de voto e a Junta pagou-lhes o almoço. Não sei se na nossa também é possível. Não estou a pedir nada, é só uma sugestão.” -----

Sr Presidente da Mesa - “Muito obrigado. Pergunto se mais alguém pretende intervir. Não havendo, passamos à Ordem do Dia.” -----

Ponto 3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1: Apreciação e votação Actas 19 e 20

Sr Presidente da Mesa: “Antes de pormos à votação, foi-me facultada a informação pelos serviços administrativos que, relativamente à acta nº 20, no 1º parágrafo, estava feita referência a um prestador, quando deveriam ser dois prestadores. Isso foi corrigido na acta que aqui temos, mas não sei se as que foram enviadas ainda não estavam corrigidas. Sei que foi uma chamada de atenção do Sr. Luís Santos, que agradecemos, que motivou esta correcção. Só para vos dar nota que a acta está corrigida. Dito isto, pergunto se alguém pretende intervir relativamente às actas nºs 19 e 20.” -----

Vogal Ana Carioca - “Relativamente à acta 20, na minha intervenção, já no final, (pois não houve período de Antes da Ordem do Dia) a intervenção do Sr.

Presidente da Junta não está correcta. Fui eu que referi que no dia seguinte iria haver uma Assembleia Municipal e que a Bancada do Partido Socialista apresentaria uma moção contra o encerramento das agências da Caixa Geral de Depósitos no Concelho. O que está na acta é que o Sr. Presidente disse que não tinha conhecimento, mas que sabia que na próxima Assembleia Municipal o assunto iria ser abordado. Não. Eu é que falei na moção. Eu tinha conhecimento da moção que iria ser apresentada no dia seguinte. Perguntei-lhe se tinha conhecimento do encerramento e o Sr. Presidente disse que oficialmente não, mas que tinha oficiosamente. Gostaria que ficasse esta correcção. Já agora, queria informar de uma notícia que não sei se já é pública se não, mas que a agência da Caixa Geral de Depósitos da Terrugem encerra na próxima 3ª Feira.

“

Sr. Presidente da Junta - “Efectivamente eu tinha intenção de intervir na Assembleia Municipal, só que, como deputado independente não o pude fazer. Solicitei a um dos vereadores para que na reunião de Executivo seguinte pudesse ser abordada esta situação.”

Vogal Fernando Pires - “Como estava a dizer, há passagens durante a Assembleia que não são transcritas para o papel e isso faz com que haja alguma perda de confiança na aprovação da acta em minuta. Aconteceu na 19, aconteceu na 20. Penso que não é bom princípio fazer isso e assim não podemos concordar com a aprovação da acta em minuta.”

Sr Presidente da Mesa - “Muito obrigado, mas fiquei com alguma dúvida relativamente ao que acabou de pronunciar. Referiu que existem intervenções ou parte de intervenções que não estão transcritas na acta. Pedia-lhe que fosse mais específico e que nos dissesse quais foram as intervenções ou partes que não foram transcritas, porque, como compreenderá, existem um conjunto de intervenções e peço-lhe a sua ajuda neste sentido. Estamos a falar de um trabalho extraordinariamente difícil por parte dos elementos administrativos que nos vão prestando assessoria nestas nossas reuniões. E eu sei o que custa fazer aquele trabalho e tenho a certeza de que os elementos que compõe os serviços administrativos são suficientemente idóneos para tentar que as actas sejam a reprodução fiel de tudo aquilo que aqui se passa. Daí eu pedir-lhe, se faz favor, que nos diga qual foi a intervenção e qual a parte que não ficou transcrita em qualquer uma das actas, nesta ou em qualquer assembleia para que possamos, junto dos serviços administrativos tentar corrigir essa situação e verificar que a mesma não se volta a repetir. O que lhe peço é que nos diga quais são essas partes para que possamos corrigir, eventualmente essas actas.”

Vogal Fernando Pires - “Como observou eu ia sair daqui [do púlpito] porque não estava interessado em voltar ao assunto, mas já que o solicitou, vou responder-lhe, como é evidente. Na Acta 19, como o Senhor Presidente e toda a gente se lembra, o Senhor Presidente [da Junta] disse que eu “andava a bater com a mão no peito”. Disse-o alto e bom som. E isso não está transcrito. Não é que me incomode muito, mas já agora vou dizer também o seguinte: -é que parece que parece que foi feito como forma pejorativa, mas eu tenho muito gosto e muita alegria em o fazer. Com muita vivacidade, muita alegria, muito orgulho, muito prazer. A mostrar aquilo que sou. Não me envergonho. Portanto, eu já me ia embora e não queria estar a falar neste assunto, mas falei. E não estou a culpar

ninguém. O Senhor Presidente da Assembleia falou nos senhores funcionários, mas eu não nomeei ninguém. A outra falha de que dei conta, foi na Assembleia nº 20 há lá outra falta, mas que não me diz respeito...” -----

Sr Presidente da Mesa - “Vou pedir aos serviços administrativos que verifiquem esta observação em relação à intervenção que o Sr. Presidente da Junta terá feito de “andar a bater com a mão no peito”. Não vou questionar isto, pois não fui eu que fiz essa observação e não me recordo. Por isso peço aos serviços administrativos que verifiquem a gravação no sentido de se perceber se a transcrição foi feita na totalidade. O Sr. Fernando Pires referiu-se também à acta nº 20, em que há algo que não está transcrito correctamente, mas não tendo dito qual a origem dessa intervenção, torna-se difícil. Se concretizar, faremos que sejam sanadas as suas dúvidas.” -----

Vogal Fernando Pires - “Pois bem, quando o Sr. Presidente diz, a determinada altura, que não precisava de impermeabilizar o solo por causa dos lixos, o Sr. Presidente disse que a Câmara não o obrigou nem pôs objecções e o Sr. Luís Santos respondeu que não estava em causa o que a Câmara disse ou não disse, o que estava em causa era o cumprimento da Legislação. (Desculpe, mas só falei porque o Sr. Presidente da Assembleia pediu.) “-----

Sr. Presidente da Mesa - “Muito obrigado, Sr. Fernando, não sei se o Sr. Luís Santos pretende pronunciar-se sobre esta questão. Não? Agradeço. Ora não havendo outras intervenções e considerando as correcções solicitadas pelos intervenientes, vamos colocar à votação a acta nº 19.” -----

VOTAÇÃO DA ACTA Nº 19 - Aprovada por maioria, com o voto favorável de todos os elementos que estiveram presentes na reunião a que respeita e sem o voto dos que não estiveram). -----

VOTAÇÃO DA ACTA Nº 20 - Aprovada por maioria, com o voto favorável de todos os elementos que estiveram presentes na reunião a que respeita e sem o voto dos que não estiveram). -----

Ponto 2 - Informação escrita do Sr. Presidente sobre a actividade do 4º Trimestre-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, este mostrou-se disponível para prestar os esclarecimentos que fossem necessário. -----

Vogal João Ferreira - “Boa noite - só pretendia deixar uma nota relativamente ao quadro das despesas [no relatório da acção social]. No mês de Setembro de 2020, o valor relativo à coluna de alimentação (ainda não estaria fechado na altura) existia um valor de 414,52€ na coluna da alimentação). Acontece que agora o valor já vem diferente: [285,30€], curiosamente, diminuiu em vez de aumentar. Portanto, neste momento, teríamos um valor superior e não uma redução.” -----

Sr. Presidente da Junta - “Tomamos nota, mas vamos ter de perguntar à técnica de acção social que, provavelmente, no último relatório, apenas considerou a parte que ainda não tinha sido incluída no relatório anterior. Mas iremos averiguar e daremos a resposta.” -----

Vogal Luís Santos - “A informação escrita refere um apoio à Paróquia de S. João Degolado e um apoio a 310 famílias. Não refere qualquer apoio ou protocolo com a Paróquia de S. João das Lampas nem ao número de famílias apoiadas. Terá sido por lapso ou não existe mesmo? Não existe mesmo? Obrigado.” -----

Sr. Presidente Junta - “Esta situação da Terrugem Solidária já é um projecto que vem do anterior Executivo de parceria com a Paróquia de S. João Degolado. É nesse âmbito que nós continuamos com ele. Claro que a nível de assistência social que nos seja solicitado por pessoas de S. João das Lampas, apoiaremos. Só não o fazemos mais amiúde porque a nova directora da Segurança Social entendeu que não era mais necessário que a Junta fizesse a triagem das candidaturas aos apoios da Segurança Social. Portanto já não fazemos atendimentos da Segurança Social. Mas apoiamos sempre os cabazes de Natal do Centro Social de S. João das Lampas, como ainda agora aconteceu com a oferta do bolo-rei a todas as famílias, como temos feito todos os anos. Na Terrugem, continua como tem sido até aqui, com um reforço natalício, com a colaboração de particulares que ofereceram bens. Ainda agora entregámos 50 ou 60 cabazes de Natal. De assinalar que em S. João das Lampas existe o Banco Alimentar no Centro Social, onde todas as pessoas necessitadas se dirigem.” -----

Vogal Henrique Martins - “Boa noite mais uma vez. Neste ponto da Ordem de Trabalhos tenho algumas observações a fazer. Na informação Escrita não está feita qualquer referência ao Boletim da Junta. Não sei se é intenção de retomar a elaboração do boletim e distribuí-lo por nós todos; outro aspecto: recentemente os lavadouros, em Odrinhas tiveram uma intervenção da Junta. Não é feita agora qualquer referência, mas essa intervenção é relevante e necessária. A preocupação que eu apresentei anteriormente sobre os azulejos não sei se essa intervenção vai ter essa componente ou se é só os grafitis. Em relação ao Futebol Clube Os Odrinhenses como em relação à SFUA e todas as colectividades, nós já temos apelado à Câmara e à Junta, que tenham em conta que nós, que pagamos IMI, ao legalizarmos as nossas instalações o IMI rústico, ao passar a urbano vai ser com valores muito superiores aos actuais. A nossa sugestão é que o IMI que é pago às Finanças e, depois é distribuído para a Junta e para a Câmara, fazer como em Mafra, em que os clubes são ressarcidos pela Câmara pelos valores pagos. Portanto a sugestão é que a Câmara abra os olhos nesse sentido, que não tem de estar a receber verba nossa. Era importante trabalharmos em conjunto com esse objectivo. Em relação aos herbicidas, gostei de ouvir, mas estou preocupado na mesma. Também aqui refiro o exemplo da Câmara de Mafra em que, com todas as juntas de Freguesia estão a trabalhar para que não haja herbicidas. Outro aspecto que ouvi agora do Sr. Presidente, e fiquei preocupado, talvez por ignorância minha, ao dizer que por ser deputado independente não poder intervir na Assembleia Municipal. Ou seja, já não é deputado do CDS, portanto, já não sendo deputado do CDS já não tem os mesmos direitos de que dispunha antes. Mas em relação à Caixa Geral de Depósitos que vai fechar na próxima 3ª Feira, é motivo de grande preocupação. Ainda recentemente, venho acompanhando que os Executivos de Agualva-Mira-Sintra, Massamá, envolveram-se, fizeram abaixo-assinados...e nós aqui não fizemos nada, ou pelo menos que eu tenha tido conhecimento. Comemos e calamos. Mais uma. Obrigado.” -----

Sr. Presidente da Junta - “Em relação à agência da Caixa Geral de Depósitos, claro que reclamei junto da instituição, pedi ajuda ao Sr. Presidente da Câmara, através do Sr. Vereador Carlos Parreiras para falar sobre a situação. O Sr. Presidente ia falar com o Senhor Secretário de Estado, mas infelizmente, as agências de Aqualva-Mira Sintra, Massamá, Terrugem e outras localidades, vão mesmo avançar para o encerramento porque não vai haver retorno nessa decisão. Depois, também me disseram uma coisa que fiquei pasmado: é que a nossa conta nem sequer é na Terrugem, mas em Sintra, pelo que, enquanto entidade depositante, não temos nada a ver com a agência de Terrugem. E eu não sabia. Não temos nada a ver enquanto cliente, mas temos muito a ver enquanto autarquia e nem sequer fomos informados da decisão de encerramento. Disseram-nos que não tínhamos de ser informados porque não éramos clientes. Foi o que nos transmitiram.” -----

Sr. Presidente da Mesa - “Não havendo mais intervenções relativamente ao Ponto 2, passaríamos ao ponto seguinte.” -----

Ponto 3 - Apreciar e votar a Proposta do Executivo nº 145/2020 sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 -----

Sr. Presidente da Junta - “Só umas breves palavras para dizer que se trata de um orçamento na linha do anterior, trabalhando como até aqui temos trabalhado na questão dos protocolos e tudo aquilo que a Junta tem de fazer, substituindo a Câmara. Portanto este orçamento vem ao encontro do que temos feito e apresentado nos últimos anos. Continuaremos, com a ajuda da Câmara e do FFF, a melhorar o espaço público como temos vindo a fazer, pelo que agradecemos que este Orçamento seja discutido e votado favoravelmente.” -----

Vogal Nuno Cardoso- “Boa noite a todos. Gostaria antes de mais cumprimentar a Mesa da Assembleia, o Executivo e Público aqui presente, pois é importante que venham e participem. Esta adesão comprova que o pedido de assembleia descentralizada aqui na Assafora, feito pela bancada do PS justifica a nossa pretensão. Em relação ao Orçamento, como temos feito, nós estudamos sempre os orçamentos e, como tem acontecido ao longo deste mandato, temos sempre feito um estudo mais ou menos detalhado do Orçamento. Algumas coisas que vou dizer complementam um bocadinho o que o Sr. Presidente já disse. Ao longo deste ano de 2020, ano de pandemia, questionámos se não houve impacto disso ao nível das receitas do Orçamento, acho que na Assembleia de Alvarinhos e se isso não seria reflectido no Orçamento. Há pouco o Sr. João Chaves dizia que não fazia ideia dos números que o orçamento apresentava. Também tenho a noção de que as pessoas, em geral, não sabem de que números estamos a falar. Vou dizer algumas coisas sobre isso, sem exceder os meus cinco minutos. O orçamento para este ano de 2020, foi de um milhão cento e dezassete mil euros. Verificámos que na execução orçamental para este ano, até Dezembro, a receita já ultrapassou o orçamentado. Foi cerca de um milhão duzentos e quarenta e oito euros. Portanto, o Executivo, e muito bem, já prevê para 2021, uma receita de um milhão e trezentos mil euros. De onde é que vêm estas receitas? Fundo de Financiamento das Freguesias: 300 mil euros -números redondos-; Apoio Financeiro às Freguesias (Câmara Municipal de Sintra): mais 300 mil euros; Tudo

A

15

Vera Rocha

isto dá um milhão e cinquenta mil euros [?] ou seja 89% da Receita. E esta receita não só não diminuiu como até cresceu e ainda bem. Depois o Executivo, o que faz é ir distribuindo este acréscimo de receitas pelas diversas rubricas da despesa. Verificamos aqui algumas coisas que acho que são interessantes, como o apoio a famílias carenciadas (passou de 8 para 20 mil euros) pois há um aumento nos pedidos, de acordo com a informação escrita trimestral que nos é dada, há um aumento nos apoios às associações de idosos e aos bombeiros, todos nós compreendemos porquê...depois há aqui algumas coisas que gostaríamos de perguntar ao Executivo. Verificámos uma baixa, face ao passado, no apoio às instituições religiosas e comissões de festas, mas acho que se consegue perceber que em 2021 não irá acontecer nada. Depois há também uma baixa nas colectividades de 80 para 64 mil euros. Vejo que na execução orçamental de 2020, que foi cerca de 60 mil euros. O Senhor Presidente já tinha dito, na Assembleia de Alvarinhos, que havia colectividades que estavam fechadas e que por isso não fazia sentido apoiar. Se calhar faz. Há contas a pagar que se mantêm, de água, luz, gás, etc. Mas agora há que ver que há muitas colectividades, como esta, que mantêm a sua actividade, clubes de futebol, de bicicletas, de caçadores, enfim, não sei o suficiente, mas por exemplo esta casa aqui. Eu venho cá ao Sábado com as minhas filhas e vejo a azáfama de alunos que aqui se passa, sempre nas condições de segurança. Isso é também às Terças, às Quartas, às Quintas...e estão cá os professores todos. Eu não estou por dentro, mas consigo ver que a Câmara não tem actuações, portanto, o protocolo da Câmara foi-se, o café está fechado...por isso, se calhar, os apoios a algumas colectividades como esta, não só deveriam manter-se como, se, calhar, até deveriam ser incrementados, para compensar a quebra de receitas. Eu sou presidente de uma associação de pais, e temos de reconhecer que a Junta tem nos ajudado. No fundo a minha questão é perguntar/alertar o que é que tem sido feito nesta área, qual é o caminho, que apoio tem sido dado, se tem sido feito este acompanhamento -imagino que sim-. A minha questão é esta: ao ver uma redução no orçamento face ao anterior, de oitenta para 64 mil euros, que vale o que vale, pois, a execução é que vai contar, têm em conta as colectividades que fecharam, mas, já agora, é preciso que se olhe para estas que continuam em actividade. Se pudesse “escorrer” melhor este tema, agradecia. “----

Sr. Presidente da Junta: - “Novamente eu vou esclarecer esta situação do apoio às colectividades. Como sabem os apoios são dados geralmente até Junho de cada ano. Haverá um ou outro caso que pode ser depois. Nós tivemos um ano atípico em que não sabíamos o que havíamos de fazer. Eu compreendo melhor que ninguém, a situação das colectividades e nós decidimos apoiar a 100% os lares, as IPSS, os Bombeiros, todas estas instituições que trabalharam a 120%, levaram mais do que lavaram no ano passado, pois além do apoio ao associativismo, demos um apoio especial para equipamentos de protecção individual, gel, máscaras, etc...para fazerem face aos problemas graves de tesouraria que tinham, para fazerem face à situação. Posso dizer-lhe que o Lar da Terrugem tinha um problema gravíssimo com lixo contaminado que estava ali a céu aberto sem haver quem o fosse recolher e eles não tinham dinheiro para fazer nada. Hoje a situação está resolvida, mas foi uma situação preocupante. Apoiámos também o Centro de Bem Estar de Assafora Cortesia e Catribana, o Lar de S. José de Vila Verde, o Lar da Terrugem. A nível de colectividades e

associações, nos vários campos da cultura e desporto, nós decidimos, quando estava tudo encerrado, apoiar em 50% a actividade de todas essas entidades. Não foi a 100% como o Senhor Fernando Pires disse na Assembleia de Alvarinhos e que as colectividades nos deveriam devolver o dinheiro. Ora se não o demos como é que eles o iam devolver? Se formos analisar, a maioria esteve encerrada vários meses sem actividade nenhuma e depois há outra situação, é que nós temos de apoiar projectos educativos, culturais, desportivos. Não podemos é apoiar para pagamento de água, luz, empregados, árbitros de futebol. O nosso dinheiro não pode servir para isso, pois estamos impedidos por lei. Temos de apoiar é os projectos. É por isso que as colectividades, até Outubro de cada ano, nos deverão dizer o que programam para o ano seguinte, em actividades ao serviço dos sócios e da população em geral, que dêem prejuízo, pois se for uma actividade que dê lucro a Junta não vai subsidiar. Eu compreendo. A Câmara fez outra coisa: A Câmara, a grande parte das colectividades não dava dinheiro, mas este ano deu. E acho muito bem. Vou dar o exemplo da Meia Maratona de S. João das Lampas em que nos últimos anos não foi apoiada pela Câmara e este ano, sem terem pedido nada, foram contemplados com dois mil e tal euros. Por curiosidade, fui perguntar ao Sr. Vice-Presidente, que é quem tem a área desportiva, do porquê de este ano apoiarem e nos outros não. A resposta foi que a Câmara deliberou que o Meia Maratona fazia o Trilho e a Meia Maratona e daí advinha lucro(?). Como este ano não fez, não tinha lucro nenhum. A Câmara entende que pelo facto de se cobrar dinheiro pela inscrição deixa de ter direito a subsídio camarário. Este ano, como não tiveram hipótese de o fazer, então a Câmara entendeu compensar todas as colectividades com aquilo que, no seu entender, seria o lucro que elas teriam. Nós optámos pelos 50% e, pode haver um caso excepcional, mas a maioria das colectividades estiveram encerradas seis meses. Agora, se têm despesas com água, electricidade, etc, isso é a própria colectividade que tem de resolver o problema. Vamos ver como é que isto corre. Nós reservámos o mesmo dinheiro para este ano, na expectativa que, se isto piorar vamos ter de reforçar os apoios. Mas para isso as colectividades também têm de se mexer um bocadinho, pois há algumas que estão completamente paradas. E se estão paradas, por muito que nos custe, não podemos fazer mais.”

Sr. Presidente da Mesa Dá a palavra ao Vogal Luís Santos. -----

Vogal Luís Santos - “Eu tenho uma questão relativamente a uma verba inscrita na página nº 12, no valor de 40 mil euros, que gostava de saber a que se refere. Relativamente aos apoios não prestados por impossibilidade legal. Atenção, Sr. Presidente o COVID trouxe muitas alterações, inclusivamente apoios que até aqui não eram possíveis. Muito obrigado.” -----

(pausa para verificação)

Sr. Presidente da Junta - “Estes 40 mil euros é aquilo que, possivelmente receberemos dos SMAS para a realização dos trabalhos inerentes ao depósito temporário de resíduos. Estamos em negociação com os SMAS, para que esta verba seja consignada para muralhas de sustentação da ribeira, da estrada e da de colocação dos contentores. Este é o valor que se calcula como suficiente para esses trabalhos. Se se concretizarem, muito bem, a verba está prevista na receita e na despesa. Se não se concretizar, na receita, obra não avançará e não é feita a despesa, dando lugar a uma eventual alteração orçamental.”-----

17
Eugénio
Vera Rocha

Sr. Presidente da Mesa - “Obrigado Sr. Presidente. Mais alguma intervenção relativamente a este ponto? Não existindo, colocamos este ponto à votação: ----

VOTAÇÃO da Proposta do Executivo nº 145/2020 sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021: -----

- Votantes: ONZE (pelo facto do vogal José Morais se ter ausentado) -----

--

Votos contra: ZERO; -----

Abstenções- SETE (PS+F.Pires+Ludovico); -----

Votos a Favor - QUATRO (Mesa +José Manuel Patrão); -----

APROVADO COM QUATRO VOTOS A FAVOR E SETE ABSTENÇÕES. -----

Ponto 4- Apreciar e votar a Proposta do Executivo nº 146 relativa ao Mapa de Pessoal. -----

Sr. Presidente da Mesa -“Pergunto se existe algum pedido de intervenção- Não existe, passamos à votação: -----

VOTAÇÃO da Proposta do Executivo nº 146 relativa ao Mapa de Pessoal: -----

Votantes: ONZE (pelo facto do vogal José Morais se ter ausentado) -----

Votos Contra- ZERO; -----

Abstenções: ZERO; -----

Votos A Favor: ONZE; -----

APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. -----

Ponto nº 5 - Apreciar e votar e votar a Proposta do executivo nº 147 sobre Regulamento das Taxas e Tabela de Taxas.

Sr. Presidente da Mesa - Coloca o assunto à discussão.

Vogal Ana Carioca - Boa noite mais uma vez... eu vou ter alguma...não direi dificuldade, mas este ponto em concreto da ordem de trabalhos refere “Apreciar e votar e votar a Proposta do executivo nº 147 sobre Regulamento das Taxas e Tabela de Taxas. “Ora bem. Verificados os documentos que vieram para este ponto da OT, já agora, gostaria que os membros da Assembleia, pelo menos, acompanhassem os documentos que vieram... a proposta 147 tem a deliberação da Junta de Freguesia, que refere praticamente o ponto da Ordem de Trabalhos e depois, o documento anexo é o capítulo II do Regulamento das Feiras da Freguesia de S. João das Lampas e Terrugem. Eu vou exhibir pra que todos vejam... não tem nada a ver com taxas.

O Artigo 19 (Horário de funcionamento) nº 2 diz que corresponde à adenda aprovada em Assembleia de Freguesia de 23 de Novembro de 2020... portanto é o que acompanha a proposta. Ou seja não tem nada a ver com a proposta mas sim com o regulamento das feiras. Voltando um pouco atrás, se bem se recordam, até da intervenção que fiz na Assembleia que deu origem à Acta 20, de

A

Vera Roche

Novembro, quando o executivo submeteu à aprovação a criação do Mercadinho Saloio, referindo uma proposta que tinha interferência com os artigos do Regulamento das Feiras, eu referi que a proposta tal como estava apresentada, eu considerava que não estava correcta porque os próprios artigos dos regulamentos das feiras que iam ser alterados por essa proposta deveriam estar incluídos na proposta porque se não ia ser uma grande confusão. Bem dito, bem feito. E hoje, confesso que fiquei estarrecida com os documentos que vi porque constatei que o Regulamento das Feiras que está na Página da Junta de Freguesia, não corresponde ao Regulamento das Feiras aprovado em Assembleia de Freguesia de 20 de Novembro de 2013. E eu explico porquê. Fui à procura disto tudo. Até falámos entre a bancada do PS, estivemos a consultar documentos não estivesse eu a ver mal, mas em 26 de Março de 2014, era presidente da Mesa da Assembleia o José Manuel Patrão, ele enviou-nos um email com o Regulamento das Feiras que tinha sido aprovado em Novembro de 2013. E é esse Regulamento das feiras aprovado em ... (isto, de facto é uma grande confusão para não dizer grave) em 20 de Novembro de 2013. É este o documento. O documento que está publicado no site da Junta de Freguesia tem, efectivamente, a menção de aprovado na reunião de Executivo de 12 de Novembro e Assembleia de Freguesia no dia 20 Nov.2013. De facto, tanto que me recorde, neste mandato que se iniciou em 2017, não veio à Assembleia nenhum Regulamento de Feiras. Fiz esta introdução porquê? Porque quando olhei para a proposta e vi estes artigos, pensei: deixa cá ver se estes artigos correspondem. E não correspondem! Isto é uma coisa extraordinária! Há um regulamento que é aprovado em Assembleia de Freguesia e a Junta tem publicado no seu site um documento que não corresponde ao que foi aprovado. O Artigo 19º, que consta aqui, nesta proposta 147/2020 e que refere: Art.19-Horário de Funcionamento ...nós vamos ao regulamento aprovado em AF de 2013 e o Art. 19 diz Localização da Feira: A feira realiza-se no Recinto Polivalente João Sousa Leitão, em Terrugem! Não corresponde. Posto isto, o que é que eu fiz? Fui verificar artigo a artigo. Além de isto constituir uma adulteração de documento aprovado em AF, não concebo como é que um documento aprovado em Assembleia de Freguesia tem outro texto no site da Junta. Mas podem perguntar: -O teor dos artigos está alterado? Bem, o teor dos artigos, propriamente dito, até pode não estar alterado, mas se chegarmos às disposições finais temos o Art.35 (Esclarecimentos) -“Competirá ao Executivo da Junta de Freguesia prestar esclarecimentos sobre interpretação, dúvidas ou lacunas, sempre que necessário”. Muito bem. Vamos ao regulamento que está publicado na página da Junta, nas disposições finais, não temos o Art. Esclarecimentos e temos o artigo 37. Portanto o documento não é o mesmo. Agora, como é que isto é possível? É competência da Assembleia de Freguesia aprovar os regulamentos externos sob proposta do executivo. Como referi, a esta Assembleia, neste mandato, não veio nenhum regulamento para ser alterado. No anterior mandato, depois deste aprovado em 2013, também não veio, pois eu era vogal da Assembleia de Freguesia e sei que não veio. Eu pergunto: - Como é que isto é possível? Como é que -para mim só tem uma leitura: O Executivo alterou o Regulamento! Mas o Executivo não pode alterar um regulamento e não pode publicá-lo na página da Junta sem o submeter à Assembleia de Freguesia. Portanto, isto é uma questão. E digo isto, porquê? Porque, ainda assim, com boa vontade, fomos ver o regulamento das taxas. No Regulamento das Taxas acontece a mesma coisa. Mais: O Regulamento das Taxas tem a menção a um

artigo que terá sido alterado em reunião do Executivo em 2016. (Deixa cá ver qual foi o artigo, peço desculpa) ...No ponto 2 , na fundamentação económico-financeira, na página 12 do Regulamento, um parágrafo que diz: “estes valores são agravados sempre que seja necessário mais tempo para a pesquisa e introdução de novos dados, como é o caso de cidadãos não recenseados”. Depois tem um asterisco que diz: “Alteração introduzida após deliberação tomada em reunião de executivo de 22.11.2016”. Ora bem, eu creio que a Lei das competências não foi alterada: Art.9º da Lei das Autarquias Locais: Competência de apreciação e fiscalização: compete à AF sob proposta da Junta de Freguesia: “Aprovar regulamentos externos”. Isto é um Regulamento externo. Este asterisco, com esta alteração, “deliberação do Executivo em 2016”, ainda que o Executivo tivesse deliberado proceder à sua alteração, teria, com certeza, de submeter à aprovação da Assembleia. Ainda por cima, porque, como se depreende deste parágrafo, este parágrafo pode agravar as taxas previamente definidas e aprovadas pela Assembleia, portanto, isto, na realidade, corresponde a uma possibilidade de agravamento das taxas a cobrar aos particulares ou aos sujeitos passivos da relação jurídica. Posto isto, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, a bancada do Partido Socialista considera que esta proposta do Executivo, não só não corresponde aos documentos que foram enviados, como não se percebe, efectivamente o que é que o Executivo pretende que seja alterado e aprovado. E eu pergunto como é que é possível que dois regulamentos aprovados em Assembleia terem um texto diferente no site da Junta? Pergunto: acontece isto com outros documentos? Fica a pergunta.

Sr. Presidente da Mesa - “Obrigado pela sua intervenção. Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Presidente da Junta.” -----

Sr. Presidente da Junta - “Ouvi atentamente as palavras da vogal Ana Carioca e só posso solicitar ao Sr. Presidente Mesa da Assembleia que este ponto da Ordem de Trabalhos seja retirado para poder, exaustivamente, analisar com os serviços administrativos, todas as questões colocadas, a fim de vermos o que é que se passou, porque há aqui algum erro, de certeza absoluta, daquilo que é a realidade para aquilo que foi aprovado em Assembleia. Portanto, solicito ao Sr. Presidente que seja retirado este ponto da Ordem de Trabalhos e após análise destas situações poder voltar a esta casa depois de se saber, efectivamente o que é que se terá passado. Muito obrigado.” -----

Sr. Presidente da Mesa - “Muito obrigado Sr. Presidente.” -----

Vogal Ana Carioca - “Nós anotamos a retirada da proposta, mas queremos acrescentar que isto não é possível ser um erro de transcrição, pois foram introduzidos artigos novos, a numeração é diferente e há parágrafos diferentes. Portanto, há um documento aprovado que, aliás, veio logo por e-mail do Presidente da Mesa da Assembleia, e o que está no site da Junta, como referi, tem a numeração diferente, com parágrafos com texto alterado. Portanto, isto não é um erro de transcrição! Isto foi mais do que isso e o que nós pedimos é que sejam apuradas responsabilidades, pois neste caso concreto, em bom português, isto é uma falsificação de documentos.” -----

A 20 Vera Rocha

Sr. Presidente da Junta - "Claro que não deve pensar que isto é falsificação de documentos. Poderá haver um erro, poderá haver dois erros, ... agora falsificação(?), não aceito essa palavra." -----

Sr. Presidente da Mesa - "Muito obrigado. Então, por proposta do Executivo vamos retirar este ponto da ordem de trabalhos. Agradeço a intervenção da vogal Ana Carioca. Relativamente a este ponto o Sr. Presidente irá promover as diligências no sentido de um cabal esclarecimento desta situação e agradeço-lhe que, assim que apurados os resultados, os mesmos sejam transmitidos à mesa para serem comunicados aos elementos da Assembleia. Pergunto se há mais algum elemento que pretenda intervir. Não havendo, proponho a aprovação da acta em minuta: Votos Contra (?), quem se abstém (?). Aprovada por maioria com voto contra do Sr. Fernando Pires, do CDS-PP. Assim sendo permitam-me 2 ou 3 palavras. Esta é a última reunião do ano de 2020 e eu gostaria de agradecer a colaboração de todos os elementos da Assembleia, do Executivo da Junta de Freguesia, naquilo que tentámos fazer ao longo deste ano, que nos parece ter um resultado francamente positivo. Gostaria de agradecer à Sociedade Filarmónica União Assaforense, o excelente e exaustivo trabalho que teve na preparação desta sala, sabemos que foi um trabalho feito com muito carinho e muita dedicação, não só para os diferentes órgãos que compõem a Freguesia, mas também o cuidado que tiveram na preparação para que o público tivesse condignamente a possibilidade de assistir a mais uma reunião da Assembleia da União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem. Aproveito para desejar a esta colectividade as maiores felicidades na prossecução dos seus objectivos e realçar que, seguramente, continuarão a contar com o nosso agradecimento por tudo o que têm feito. Para todos os aqui presentes, aproveito para desejar um feliz e santo Natal para todos vós e todas as vossas famílias e esperar que o ano de 2021 nos permita trazer um pouco mais de esperança do que aconteceu no ano de 2020 e bem hajam pela vossa presença. Muito obrigado." -----

ENCERRAMENTO - Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia, agradeceu a presença de todos e propôs a aprovação da acta em minuta, o que foi aprovado por unanimidade e, quando eram vinte e duas horas e quarenta e dois minutos declarou encerrada a reunião, no final da qual e para que conste, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da mesa.-----

E eu, _____, na qualidade de funcionário designado para o efeito, a subscrevo.-----

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**PCP – PEV**

Moção

Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade

Data de 1998 a aprovação da legislação que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade». Consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, aqui se incluindo os serviços e organismos da administração local, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.

Já em 2008 a Lei n.º 12-A/2008, que revogou expressamente o Decreto-lei de 1998 inscreveu a previsão dos suplementos remuneratórios. Consagração a que não correspondeu a indispensável regulamentação fazendo com que mais de vinte anos depois este legítimo direito não tenha tido aplicação.

Veze sucessivas ao longo destes anos, designadamente com iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, se procurou dar concretização à Lei determinando o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos.

Considerando que o Orçamento de Estado para 2021 veio finalmente assegurar a efectivação deste direito, ainda que aquém dos valores que seriam devidos e que a proposta do PCP previa, remetendo para os órgãos executivos das freguesias a sua aplicação directa, a Assembleia de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem delibera:

1. Instar a proceder à sua aplicação de modo a permitir que o suplemento passe a ser devido a partir de 1 de Janeiro de 2021, reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores definidos no âmbito da Lei que seja reconhecido o grau mais elevado de penosidade e insalubridade;
2. Saudar os trabalhadores pela luta que ao longo dos anos travaram pela concretização deste direito.



Verá Rocha

VOTO DE SAUDAÇÃO

45 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Comemorou-se em 25 de novembro passado o 45.º quadragésimo quinto aniversário do 25 Novembro, o movimento que conteve a ala radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de Abril.

O “25 de Novembro”, Acto singular e irrepetível da nossa história, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária

O povo português soube, não sucumbindo às manobras táticas e estratégicas de uma franja radical da sociedade portuguesa, que podiam ter resvalado numa guerra civil, rejeitar uma visão autocrática e internacionalista de Portugal. O povo português conseguiu, com firmeza, romper com a ditadura de 40 anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura de sinal contrário.

Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito, este entendimento vigorou, nos últimos quarenta e cinco anos, e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português.

Neste contexto, importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento.

É sob o signo dessa unidade feita pela história que celebramos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo e assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia.

Assim, O CDS-PP propõem a esta Assembleia de Freguesia ,que aprove um, voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974.



Handwritten signature or mark in the top right corner.

**Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável
aprimo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar
comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.**